



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2020**

**Presidente**

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

**Deputados**

Carlos Eduardo Melo Braga

Silvino Padre Cura da Ponte

Cláudio Manuel Pacheco Medeiros

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

António José de Braga Sousa

Edgardo Costa Madeira

Bruno Furtado Moniz

José Honorato de Sousa Medeiros

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Emanuel Frias Santos

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Maria Margarida Sousa Arruda  
Pinheiro

António José Santos Ponte

André Filipe Vicente Mansinho

Dinarte José Resendes Sardinha

Alexandre Custódio Batista Câmara  
Amaral

Maria da Conceição Frias Santos

Bruno Miguel Arruda Machado

Clotilde de Melo Cabral Correia da  
Ponte

Séfora de Fátima Santos da Costa  
Correia

Emanuel de Sousa Medeiros

Zenaide Margarida Soares Henrique

Arménio Maurino Correia Jardim

Gilberto de Medeiros Caetano

José Eduardo Costa

**Secretários**

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte



## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2020 ÍNDICE

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

REGISTO DE PRESENCAS

APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS

### ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - E - 7555/2020 - INFORMAÇÃO - ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS (ANAM)

PONTO DOIS - E - 7353/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - CONCLUSÃO DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DA EIRSU - EMPRESA INTERMUNICIPAL DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA ILHA DE SÃO MIGUEL, EIM, SA.

PONTO TRÊS - I - 744/2020 - INFORMAÇÃO - RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

PONTO QUATRO - I - 719/2020 - INFORMAÇÃO - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 1.º SEMESTRE

PONTO CINCO - I - 732/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - CLASSIFICAÇÃO DE BEM MÓVEL DE INTERESSE CULTURAL - SINETE MUNICIPAL (MVFC2352)

PONTO SEIS - I - 830/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - AUDITOR EXTERNO/REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC) - 2021

PONTO SETE - I - 741/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO ECONÓMICO DE 2021



PONTO OITO - I - 740/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO ECONÓMICO DE 2021

PONTO NOVE - I - 739/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2021

PONTO DEZ - I - 738/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) - FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DE 2021

PONTO ONZE - I - 839/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO). DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ 99.759,58€ POR ANO ECONÓMICO.

PONTO DOZE - I - 835/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - 5.ª REVISÃO ORÇAMENTAL

PONTO TREZE - I - 834/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2021



## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência da senhora Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, secretariada pela senhora Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e pela senhora Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte, respetivamente na qualidade de primeira e segunda secretária da Mesa da Assembleia.-----

A Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão eram 20 horas. -----

### ANTES DA ORDEM DO DIA

#### Registo de Presenças

Seguidamente foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes daquele órgão, verificando-se a presença de todos os elementos, com exceção do membro eleito pelo PSD, Carlos Eduardo Melo Braga, que se fez substituir por Silvino Padre Cura da Ponte.-----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, o Vice-Presidente, Carlos Melo Pimentel e os vereadores, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Nélia Maria Silva Alves Guimarães e Arnaldo Manuel Guerreiro de Sousa. Não esteve presente a vereadora Sabrina Marília Coutinho Furtado. O vereador Gonçalo Patrício Fontes Dias, não esteve presente por motivo justificado.-----

#### Aprovação da ata anterior

Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 23 de setembro de 2020, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

### PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS:

A Presidente da Mesa apresentou um Voto de Pesar aos Professores vila-franquenses, Válder Manuel Soares Ferreira e António Alberto Rocha Dias, recentemente falecidos e ambos ex.- vereadores da Câmara Municipal, referenciou não só a ação que tiveram na vertente educativa e cultural como também a influência exercida na comunidade vila-franquense, constituindo assim um marco na vida das gentes deste concelho.-----

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

O membro da Assembleia Hélder Medeiros pediu a palavra para referir que o Voto de Pesar apresentado deveria ser apresentado posteriormente e enviado às respetivas famílias.



Solicitou a palavra o membro da Assembleia Bruno Machado que pediu a palavra para expressar sentimento de pesar e honrar a memória do professor António Alberto Dias. Referiu que o professor tocou a vida de muitas pessoas no concelho e que não se conseguia elencar o que ele tinha feito. A seu tempo seriam enunciados todos os dotes de que era detentor e que mereciam ser registados. Contudo, ficaria registado o voto de pesar da Assembleia. -----

Ainda na sua intervenção, o membro da assembleia Bruno Machado, perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se a adaptação improvisada de um abrigo para o trabalhador da Câmara que desempenha funções no local de depósito dos “verdes”, lugar do Cerrado da Silva, tinha condições sanitárias para assistência ao trabalhador. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, respondeu que estavam reunidas as condições necessárias para a permanência de um trabalhador naquele local. -----

Pediu a palavra o membro da Assembleia Municipal, Edgardo da Costa Madeira, para apresentar o Voto de Pesar que abaixo se transcreveu. -----

#### **“ Voto de Pesar**

*Nasceu a 20 de agosto de 1942 e foi-lhe atribuído o nome dos seus avós: João Francisco Bento Sampaio.*

*Natural da freguesia de Ponta Garça foi um escritor, poeta e músico, com vasta obra dispersa por diversos jornais da nossa ilha.*

*Das muitas crónicas de memórias que foi publicando pela imprensa local nasceram os dois volumes de “Viagens no Tempo” que constituem um precioso espólio de memórias das gentes e das histórias pessoais da sua sempre estimada freguesia e deste nosso concelho de Vila Franca do Campo.*

*No ano de 2013, aventurou-se no romance onde a ação, como quase não poderia deixar de ser, passa por Ponta Garça... - Um romance que urge reeditar e reconhecer: “O Mar de Sergei”.*

*Já no final da sua passagem terrena, empenhou-se na preparação de uma obra literária em comum com a sua esposa, Senhora Dona Maria da Esperança Medeiros Cabral, intitulada “O Legado Artes e Poemas”.*

*João Bento Sampaio, além de um homem culto e de profunda sensibilidade, foi mais um vulto que permanecerá, pela sua obra e exemplar índole e conduta de vida, na história de Vila Franca do Campo.*

*Dirijo à sua família e entes queridos enlutados os votos de Sentidas Condolências e ofereço, nesta Assembleia Municipal, um Voto de Pesar.”*

Colocado a votação o Voto de Pesar, em homenagem ao senhor João Francisco Bento Sampaio, foi aprovado por unanimidade. -----



Na mesma linha de intervenção, o membro da Assembleia Edgardo Costa Madeira, questionou o Presidente da Câmara sobre os bancos do jardim Antero de Quental. Referiu que os mesmos se encontravam pintados de vermelho, a cor tradicionalmente usada, o que fazia lembrar os antigos bancos. Questionou se seria possível substituir os presentes pelos tradicionais bancos do século XIX, o que valorizava o jardim histórico, sugerindo a distribuição dos atualmente presentes pelos vários pontos do concelho. Relativamente à Rotunda dos Frades e à sua iluminação, propôs que se pusessem focos permanentes dando, dessa forma, outro destaque ao local. Ainda na mesma intervenção, deu a conhecer as preocupações da população em relação ao teto do Convento de Santo André e em relação às condições sanitárias, em especial, do bairro do Meio Moio, freguesia de Ponta Garça, questionando sobre o estado em que os mesmos se encontravam ao momento presente. Fez referência às estruturas para fixação de propaganda eleitoral, chamando à atenção para a presença dos mesmos nos locais habituais aquando de futuros atos eleitorais. Referiu também que na Rua Padre Manuel José Pires existia um sinal de paragem obrigatória que se encontrava pouco visível e que urgia a melhoria do mesmo.-----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra conferida, em resposta à intervenção supramencionada, referiu que as preocupações apresentadas eram conhecidas do executivo, no entanto, referiu que ficariam registadas. Relativamente à questão do Convento de Santo André referiu que quem era titular do usufruto era a Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo e que o edifício era propriedade da família Botelho reforçando, desse modo, que a Câmara não era nem proprietária nem usufrutuária do mesmo. Quanto à questão da proposta relativa aos bancos do Jardim Antero de Quental, fez saber que desconhecia o paradeiro dos mesmos. -----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, no uso da palavra que lhe foi conferida, recomendou que a documentação relativa às reuniões de final de ano e do mês de abril, nomeadamente documentos relacionados com o orçamento e com a aprovação do relatório de contas fossem entregues mais cedo, uma vez que necessitavam de tempo para analisar e preparar os documentos a serem discutidos nas Assembleias. O presidente da junta questionou o executivo sobre quais as medidas aplicadas, até aquele momento, para fazer face aos efeitos da pandemia, nomeadamente ao nível social, económico e no que diz respeito à perda de rendimentos por parte de muitas famílias. -----

Solicitou a palavra o Presidente da Câmara que esclareceu que em Vila Franca do Campo não existia qualquer desempregado por efeito da pandemia no concelho, referindo que a Câmara estava sempre atenta e preparada para apoiar todas as pessoas que pudessem vir a sofrer com as consequências da COVID-19.-----

Ainda sobre a mesma questão, o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, voltou a intervir reforçando a questão sobre que medidas foram pensadas para ajudar as Pequenas Médias Empresas (PME) do concelho nas suas perdas de rendimento, nomeadamente empresários em nome individual de cafés, hotelarias e alojamentos locais.



Questionou quais as soluções que seriam aplicadas para que as mesmas pudessem ser apoiadas, uma vez que sofreram perda de rendimento na ordem dos 75% a 90%. Reforçou a intervenção apresentada exemplificando a ação de outras Câmaras que aplicaram campanhas, soluções e dinâmicas de consumo local tais como o cancelamento do pagamento da água e dos resíduos por exemplo, de modo a suprimirem os obstáculos apresentados pela pandemia. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra proferida, referiu que foram adaptados critérios para as pessoas que necessitavam e referiu discordar do facto de se retirar o pagamento da água a todas as pessoas, uma vez que não via razão para tal, considerando que quem manteve o emprego tinha condições estáveis para cumprir com as suas obrigações e, por tal, nunca poderia usufruir de uma medida generalizada como a apresentada. Assim sendo, seria injusta uma vez que não visava nenhuma justiça relativa, visava sim beneficiar todos por igual. Frisou os critérios e lembrou que todas as pessoas, que em virtude da pandemia, tiveram diminuição de rendimento podiam dirigir-se à Câmara para solicitar apoio. Quanto às empresas referiu que tinham programas de apoio governamental, não só nacionais como regionais, que foram criados com o propósito de auxiliar em caso de necessidade. Salientou que algumas Câmaras puderam tomar medidas dessa envergadura porque viviam uma situação económica diferente da vivida pela Câmara de Vila Franca. A Câmara nunca poderia baixar as taxas porque não poderia ir além do estipulado por lei. Reforçou as medidas que tinham vindo a ser aplicadas através da Câmara, nomeadamente na área da saúde como a realização de testes rápidos que eram usados quando as circunstâncias assim o exigiam, como foi o caso dos funcionários da Câmara. Lembrou que a Câmara não podia transferir dinheiro para as empresas, uma vez que não era permitido por lei e, agindo em contrário à lei, seriam alvo de auditoria por parte do tribunal de contas. -----

Solicitou novamente a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, frisando que aquela questão era um assunto pertinente e que não se devia deixar pontas soltas. Reforçou que a sua intervenção não tinha somente assentado na questão da isenção generalizada das taxas e afirmou também ser contra a isenção generalizada das mesmas. Era a favor de diferir o pagamento, o que não é ilegal para a Câmara, proporcionando às empresas que assim o quisessem ou apresentassem alguma dificuldade, o benefício dessa medida. Assim sendo e, para melhor explicar essa ideia, exemplificou de janeiro a junho, meses em que as empresas que tivessem dificuldades ou estivessem sem atividade, teriam a sua taxa reduzida/inexistente. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra conferida, respondeu que o pedido de redução das taxas não poderia ser efetuado porque a lei não o permitia, não era uma medida legalmente viável e a Câmara estava impedida de o fazer. -----



## ORDEM DO DIA

### **PONTO UM - E - 7555/2020 - INFORMAÇÃO - ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS (ANAM)**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação de Adesão do Município à Associação nacional de Assembleias Municipais ( ANAM). -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### **PONTO DOIS - E -7353/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - CONCLUSÃO DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DA EIRSU - EMPRESA INTERMUNICIPAL DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA ILHA DE SÃO MIGUEL, EIM, SA.**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação, sobre a conclusão do processo de Liquidação da EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos sólidos urbanos da Ilha de São Miguel, EIM,SA. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### **PONTO TRÊS - I - 744/2020 - INFORMAÇÃO - RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL**

Foi presente à sessão a Informação com Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal.-----

No uso da palavra que lhe foi conferida, o Presidente da Câmara esclareceu que este assunto se referia aos relatórios periódicos de monitorização que eram enviados ao FAME, dando assim conta daquilo que eram as contas e as atividades que tinham vindo a ser desenvolvidas na Câmara Municipal.-----

O membro da Assembleia Municipal, Bruno Moniz, solicitou a palavra e questionou o Presidente da Câmara sobre a situação atual das despesas e receitas da câmara, uma vez que se encontravam a 27 dias do final do ano e perante os dados que foram entregues naquele mesmo dia, relativos a setembro de 2020, gostaria de saber como estaria a questão financeira da câmara. Como segunda questão, referente ao sector empresarial local, questionou como se encontravam as empresas, afetas à câmara, a nível económico considerando que tinham sofrido alguns transtornos económicos causados pela pandemia e consequentemente uma menor atividade financeira, deu como exemplo o caso da Marina de Vila Franca do Campo e a situação dos barcos atracados. Na mesma linha de apresentação colocou outra questão que se relacionava com a atividade cultural. Assim sendo e considerando que o nível da atividade cultural, ao longo de 2020, tinha sido quase





inexistente pelas razões decorrentes da pandemia e das questões envolventes de saúde pública, questionou o Presidente da Câmara sobre quais tinham sido os montantes gastos no combate à pandemia de Covid-19. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, e em resposta à intervenção supramencionada referiu que o relatório apresentado era referente ao primeiro e segundo trimestre, afirmando que a questão financeira da Câmara se encontrava dentro dos conformes, não havendo nenhum problema financeiro nem nenhum sobressalto de última hora nas despesas e receitas. Quanto às empresas municipais, nomeadamente a Marina da Vila, referiu que essa apresentou uma forma de não dar prejuízo e que fazia o que podia para agradar aos seus clientes, como forma de contornar os prejuízos causados pela situação vivida. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **PONTO QUATRO - I - 719/2020 - INFORMAÇÃO - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 1.º SEMESTRE**

Foi presente à sessão a Informação do Acompanhamento da Execução Orçamental, referente ao 1º Trimestre. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **PONTO CINCO - I- 732/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - CLASSIFICAÇÃO DE BEM MÓVEL DE INTERESSE CULTURAL - SINETE MUNICIPAL (MVFC2352)**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação sobre a Classificação de um Bem Móvel de Interesse Cultural, referente ao antigo sinete Municipal do concelho.-----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, explicou à Assembleia que das obras decorrentes na Câmara Municipal tinha sido encontrado um Sinete, datado do século XVII-XVIII, que tinha sido usado pelos elementos da Câmara da altura. Arrematou referindo que se tratava de um elemento histórico interessante e que, por tal, seria classificado de interesse municipal.-----

Solicitou a palavra o membro da Assembleia Hélder Medeiros, para congratular o trabalho desenvolvido e referiu que a heráldica e as insígnias feitas no sinete demonstravam a independência de Vila Franca do Campo. Era interessante visualizar a história por detrás do achado. -----

Colocada a votação, a proposta da classificação do bem Móvel de Interesse Cultural, do Museu Municipal, registada com o número de inventário MVFC2352, foi aprovada por unanimidade.-----

#### **PONTO SEIS - I - 830/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE**



## **SERVIÇOS - AUDITOR EXTERNO/REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC) – 2021**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação, sobre a Prestação de Serviços do Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas (ROC) – 2021. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## **PONTO SETE - I - 741/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO ECONÓMICO DE 2021**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação da Fixação do Valor da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano económico de 2021, com o valor percentual de 0,25%. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, frisou que, apesar da Câmara, querer baixar as taxas, essa medida não era permitida por lei. As taxas eram receitas da Câmara e essa não podia abaixar ou subir conforme o entendesse. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com abstenção do grupo eleito pelo PSD. -----

## **PONTO OITO - I - 740/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO ECONÓMICO DE 2021**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação do Lançamento de Derrama para o ano económico de 2021, com a taxa fixa de 1,5%.-----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com abstenção do grupo eleito pelo PSD. -----

## **PONTO NOVE - I - 739/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2021**

Foi presente á sessão a proposta de deliberação da Participação Variável no IRS para o ano económico de 2021, fixada em 5%.-----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com abstenção do grupo eleito pelo PSD. -----

## **PONTO DEZ - I - 738/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) - FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DE**



**2021**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com a fixação de Taxas para o ano de 2021, com a taxa para prédios rústicos no valor de 0,8% e para os prédios urbanos, no valor de 0,45%.-----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com abstenção do grupo eleito pelo PSD.-----

**PONTO ONZE - I - 839/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO). DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ 99.759,58€ POR ANO ECONÓMICO.**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação de Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais (para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho).-----

No uso da palavra conferida, o Presidente da Câmara, referiu que essa delegação de competências tem vindo a ser discutida todos os anos na Assembleia e nas reuniões da Câmara Municipal e dividia-se em duas partes. A primeira parte, consistia na delegação ao Presidente da Câmara Municipal a competência de obras inscritas no Plano e Orçamento, independentemente do valor, uma vez que foi deliberado e aprovado quer aquelas que tinham que ser em Assembleia quer as que tinham que ser apresentadas em Câmara Municipal, de modo, a usufruir da competência de fazer prorrogar por anos económicos sucessivos, ou seja, se uma obra que se encontrava em execução era para terminar num suposto mês e acabou por se transferir para o ano seguinte, delegando assim a competência de transferir o valor para o ano seguinte. Em relação a obras que não estavam deferidas e aprovadas em Plano e Orçamento, delegar ao Presidente da Câmara Municipal até 99.759,58 mil€ a mesma prorrogação sendo esse o limite do valor.-----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por maioria, com abstenção do grupo eleito pelo PSD.-----

**PONTO DOZE - I - 835/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - 5.ª REVISÃO ORÇAMENTAL**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação da 5ª Revisão Orçamental. -----



Solicitando o uso da palavra, o Presidente da Câmara informou tratar-se da diminuição da receita em fundos comunitários. Quanto aos fundos comunitários, aquilo que se previa construir e não fora feito tinha a ver com o valor de 952 500 mil€ que eram sobretudo do Programa Operacional dos Açores, nomeadamente da obra relativa à praia do Corpo Santo que ainda não tivera início e que se esperava que a mesma tivesse início em janeiro de 2021; com uma obra do PRORURAL que acabou por não ser aprovada, uma vez que se encontraram algumas dificuldades associadas a uma pequena intervenção na freguesia de Ponta Garça; com o Programa Operacional Mar 2020; o valor de 30 000€ associados à obra de instalações sanitárias na rua Vasco da Silveira, que por motivos maiores não foi possível realizar. Portanto, uma vez que essas obras não foram realizadas, mas que estavam previstas nesta receita dos fundos comunitários de um milhão e 32 mil euros, tinha assim como consequência a revisão orçamental, retirando essa receita e consequentemente os montantes da despesa. -----

Solicitou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, que mencionou que ficou em falta, por parte do Presidente da Câmara, referir a retirada de despesa em relação às obras da zona alta de Vila Franca do Campo na ordem dos 450 000 mil€ que diz respeito às ruas do Carneiro, Fall River e Laranjeiras, Reforça, que há um ano estavam a discutir o orçamento para o ano de 2020, uma das razões que levou à bancada do PSD a não aprovar o orçamento foi a que uma das propostas apresentadas pela vereação do PSD na CMVFC era precisamente a inclusão de verbas para esta mesma obra de saneamento básico, a mesma em que o Presidente da Câmara, não concordou afirmando que as verbas seriam bastante avultadas e que a obra só poderia ser executada recorrendo a fundos comunitários. Facto era que essa verba não foi incluída na revisão do orçamento, à qual foi questionado se, à falta de orçamentos comunitários, a obra iria ser executada ou não, sendo essa questão uma reivindicação constante por parte do PSD e dos moradores das mesmas ruas. Reforça que nessa segunda revisão estavam perante a diminuição dessa verba, inscrita em abril, na ordem dos 450 000 mil €, questionando se iria haver execução ou não da obra. -----

No uso da palavra, o Presidente da Câmara respondeu que a obra proposta pelo PSD no seu total somaria mais de dois milhões de euros. Não havia capacidade de execução senão através dos fundos comunitários. O *plafom* dos fundos comunitários estava esgotado e logo que houvesse novo quadro de apoio haveria candidatura. Não sendo dessa forma não havia capacidade por parte do executivo camarário. Informou os presentes que o dinheiro existente seria para pagar o projeto de saneamento do Carneiro e parte Norte do Concelho de Vila Franca do Campo. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com abstenção do grupo eleito pelo PSD.-----

**PONTO TREZE - I - 834/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2021**



Foi presente à sessão a proposta de deliberação com as Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2021, com o montante de € 13. 697.412,00 (treze milhões seiscentos e noventa e sete mil, quatrocentos e doze euros). -----

Sobre esse ponto o Presidente da Câmara esclareceu que a maior parte das despesas iriam para os custos com os Recursos Humanos; a seguir seria aplicado na área social, principalmente para o fundo da habitação social; a seguir para a parte económica que se prendia essencialmente com a ampliação do parque industrial; com a execução das obras na Praia do Corpo Santo; asfaltagem dos passeios/ruas do carneiro; intervenção no património da Câmara Municipal e intervenção em casas do apoio social. Referiu que todas essas obras tinham sido aprovadas nos quadros comunitários. -----

Solicitou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, que referiu ter entendido que iriam numa 1ª fase construir para numa 2ª fase destruir e isso iria provocar incómodo por duas vezes aos moradores. Referiu que o PSD tinha apresentado propostas para os diferentes orçamentos e nunca tinham sido aceites, excetuando-se a relacionada com a habitação social. Mencionou que finalmente a câmara admitia que efetivamente havia problemas no saneamento do concelho e que era de opinião que se devia estudar a reformulação do saneamento da freguesia de Ponta Garça e de Água d'Alto. -----

Perante o exposto o Presidente da Câmara, no uso da palavra concedida, esclareceu os presentes que se tinha disponibilizado para receber os vereadores do grupo PSD para que apresentassem as suas ideias, para que essas pudessem ser incluídas no plano/orçamento. Referiu que as mesmas não foram apresentadas em tempo útil, ou seja, antes da reunião da câmara. Foram apresentadas ideias na reunião de câmara sem os projetos e esclareceu que não se podiam inscrever no orçamento obras sem projeto. Referiu que o PSD podia dizer que dava ideias, mas a verdade era que sem dinheiro nada se poderia fazer. Havia que ter responsabilidade nas obras apontadas e projetadas. As obras presentemente realizadas pelo elenco camarário não tinham sido realizadas com contração de dívidas. Frisou que foram aceites as obras possíveis. As obras que custariam milhões não poderiam ser realizadas. Relativamente ao saneamento, referiu que nunca tinha sido dito que estava ótimo. O que foi dito foi que as águas balneares do concelho estavam boas. Não estavam contaminadas. O saneamento não estava bem e esse assunto estava a ser tratado, planeado e projetado para ser divulgado. Explicou relativamente a esse assunto que a ideia seria fazer pequenas *etar* em vários pontos do concelho para se resolver esse assunto. Concluiu referindo que as propostas do PSD não podiam ser referenciadas em reunião da câmara. Tinham de ser pensadas, projetadas e organizadas para serem executadas e pensadas de acordo com o dinheiro disponível. Informou os presentes que as obras apresentadas pelo PSD estavam orçamentadas na ordem dos 2 milhões de euros. -----

Solicitou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, que referiu que o PSD apresentou 5 ou 6 propostas entre elas o abrigo e esfaltamento da Lazeira e foi dito que não havia dinheiro e relativamente ao saneamento referiu que foi



apresentado um estudo sobre o mesmo e mencionou que foi chumbado. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra explicou a leitura do orçamento para um melhor entendimento das rubricas. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria com abstenção do grupo eleito pelo PSD.-----

### **“Declaração de Voto**

*Exma. Sra. Presidente da Mesa Assembleia Municipal*

*Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal*

*Exmos. Srs. Vereadores*

*Exmos. Srs. Deputados*

*Exmos. Srs. Membros do Público*

*O Grupo Parlamentar do PSD vem por este meio apresentar a sua declaração de voto para a “Proposta de Deliberação – Opções do Plano e Orçamento para o Ano de 2021”, assim como ficou demonstrado pela nossa votação, o Grupo Parlamentar do PSD votou na Abstenção.*

*O nosso sentido de voto baseia-se nas propostas que os vereadores do PSD eleitos para a câmara municipal apresentaram em reunião, mas que não foram aprovadas pois estas propostas destinavam-se à melhoria da vida dos vilafranquenses com seja:*

- 1. A construção de uma ETRA – 300.000€*
- 2. Testes rápidos COVID para balconistas de serviços abertos ao público no concelho de Vila Franca do Campo – 50.000€*
- 3. Um apoio à cultura, através de apoios diretos às filarmónicas, aos artistas e técnicos Vilafranquenses com protocolos, em que se apoiava agora a contratação de espetáculos e eventos, com a garantia de fazerem um espetáculo num futuro próximo em melhores condições – 20.000€*
- 4. A aprovação de um Regulamento Municipal de Relançamento da Economia e do Investimento pretendendo apoiar as empresas e instituições que cumprem com os requisitos de um programa criado pelo município de modo a ajudar o comércio local e a restauração vilafranquense, através de vales de desconto á semelhança do que já acontece noutros municípios – 50.000€*
- 5. Criação de um novo regulamento para fundo social municipal – intitulado “Fundo Social consequência COVID” – para além do já existente, como seja o Fundo Social de Emergência, de modo a dar apoio rápido aos Vilafranquenses que não estando sinalizados na ação social, tenham num futuro próximo uma quebra acentuada de rendimento ou até mesmo a entrada em situação de desemprego. – 100.000€*
- 6. O não aumento das rendas sociais no próximo ano de 2021 mesmo que haja melhorias efetuadas pelo município nas habitações sociais.*
- 7. Construção de um abrigo de autocarro para os estudantes da escola de Ponta Garça – 20.000€*
- 8. Pavimentação da rua da Lazeira em Ponta Garça – 100.000€*



*Todas estas propostas anteriormente apresentadas pelo PSD totalizam 640.000€, valor este que seria possível obter através de um corte de 20% nas despesas correntes, mais concretamente na “Aquisição de Bens e Serviços Correntes” totalizando 504.000€, do corte, e mais 136.000€ dos 400.000€ que viram do Orçamento de Estado para o Ano de 2021 e que não está inscrito neste orçamento, pois este valor já foi aprovado em Orçamento de Estado e destina-se a despesas relacionadas com a pandemia Covid-19.*

*De todas propostas anteriormente apresentadas apenas foi aceite a proposta de aumento de 100.000€ para Fundo Social de Emergência, sendo que no nosso entender teria uma outra modalidade do atualmente existente.*

*Assim, os deputados do PSD abstiveram-se “*

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 22h25m, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo. -----

---- **Declaro ainda que a presente ata contém 15 folhas.** -----

A Presidente da Assembleia Municipal

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

A 1.<sup>a</sup> Secretária

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel